

A vacinação e o rastreio na prevenção do cancro do colo do útero em Portugal

O cancro do colo está fortemente associado à infecção pelo HPV de alto risco. O surgimento das vacinas profiláticas contra o HPV constituiu por isso mesmo, um importante marco na luta contra o cancro do colo do útero. O benefício da vacinação contra o HPV têm sido apoiada por múltiplos estudos científicos e também por evidência histórica - a história da medicina tem demonstrado o papel determinante da vacinação no controlo das principais doenças de carácter infeccioso que têm afectado a humanidade.

Para além da sua validade intrínseca, a vacinação profilática contra o HPV tem-se feito acompanhar de felizes efeitos adicionais. Trouxe para a ribalta a discussão pública, privada e institucional de uma doença que pode ser prevenida. Nunca se falou tanto sobre cancro do colo do útero como agora! O tema parece interessar a todos e é discutido em todo o lado. Toda a gente, e principalmente as mulheres, querem saber o que é a doença e como pode ser prevenida e tratada. Abundam os folhetos explicativos, os sites na net, e o assunto inflama os meios de comunicação social mais influentes. Também na sua prática clínica, os médicos sentem hoje a necessidade de se envolverem mais activamente, e tomam de forma espontânea a iniciativa de elucidarem as suas utentes. Hoje, parece estarmos todos (população e profissionais de saúde) mais esclarecidos sobre o cancro do colo do útero e por isso melhor preparados para nos envolvermos no “combate” a esta doença.

Outro agradável efeito colateral que nos trouxe as vacinas foi o de estimular a implementação de programas de rastreio organizado contra o cancro do colo

do útero. Até então, sobrevivia na Zona Centro do nosso país, o único programa de rastreio organizado, que teve o mérito de conseguir reduzir, naquela zona, a taxa de mortalidade por cancro do colo do útero aos melhores níveis europeus, graças à tenacidade e ao profissionalismo dos seus responsáveis. Tentativas de constituir outros programas de rastreio organizado foram sempre infrutíferas, tendo esbarrado quer na indiferença, quer na incompreensão dos organismos oficiais. O ano de 2009 viu finalmente concretizar-se um das mais sentidas aspirações médicas em Portugal, a cobertura nacional com programas de rastreio organizado contra o cancro do colo do útero. Alguns já se encontram em funcionamento, enquanto que outros ainda se encontram em fase de implementação, mas é uma questão de tempo para que todos estejam a dar os seus frutos. O importante é que passou a haver vontade política e governamental para a criação de programas de rastreio em todo o território nacional.

Mas a introdução das vacinas contra o HPV também se fez acompanhar de alguns curiosos paradoxos. Apesar de nunca ter sido desenhado um estudo randomizado para avaliar a eficácia do rastreio organizado do cancro do colo do útero, em todos os locais onde tem sido implementado, registou-se sempre uma significativa redução da mortalidade por aquela doença. Hoje, não existem dúvidas quanto à evidência da sua eficácia. Desde 2006, altura em que a vacina profilática contra o HPV foi aprovada pela FDA para uso clínico, ainda não houve tempo para a demonstração estatística da sua eficácia na redução da mortalidade

pelo cancro do colo do útero. Apesar disso, muitos países, quase de imediato a incluíram nos seus respectivos programas nacionais de vacinação. No nosso país, a inclusão da vacina contra o HPV no PNV foi aprovada em 2008, embora de forma pouco ambiciosa – vão ser necessários mais de 30 anos para que a maioria das mulheres portuguesas fiquem vacinadas. Também não deixa de ser interessante que, tal como foi referido na Reunião da Sociedade Portuguesa de Ginecologia que decorreu na Curia, em Janeiro deste ano, a taxa de vacinação das jovens integradas no programa nacional de vacinação, nos seus primeiros meses, ultrapassou a taxa de participação das mulheres em qualquer dos programas de rastreio organizado já em curso.

Num país tão pequeno como o nosso, parece ter algo de paradoxal a existência, só no Continente, de 5 diferentes e independentes programas de rastreio organizado do cancro do colo do útero (Alentejo, Algarve, Lisboa e Vale do Tejo, Zona Centro e Zona Norte). A descentralização é útil e necessária, mas a coordenação centralizada poupa recursos e melhora a qualidade e a funcionalidade.

Mais ainda se afigura curioso que os programas de rastreio organizado do cancro do colo do útero recentemente estruturados tenham optado por metodologias dispare, que ainda não foram testadas no nosso país, fazendo-nos esquecer que em Portugal, já

existe um programa de rastreio organizado na Zona Centro, desde há cerca de duas décadas, cuja eficácia é uma indiscutível evidência epidemiológica. Num princípio de uma prática médica baseada na evidência científica, seria de esperar que os novos programas de rastreio viessem a ter inspiração na experiência daquele programa de rastreio, já implementado na Zona Centro, e que tão frutuosa resultados tem dado.

Estou em crer, de acordo com a evidência científica, que a vacinação profilática contra o HPV universal de todas as mulheres e talvez também dos homens, vai ter um papel determinante no controlo do cancro do colo do útero e das doenças que estão associadas à infecção pelo HPV. Actualmente, há que difundir o mais possível a vacinação contra o HPV, para que a maioria das mulheres portuguesas possam estar vacinadas no mais curto espaço de tempo, mas isso não nos deve fazer esquecer a necessidade de promover o rastreio organizado do cancro do colo do útero, que tem sido até à data, o único meio que se mostrou eficaz na redução da incidência e da mortalidade por aquela doença, e mesmo na era “pós-vacinal” irá por certo continuar a ter um papel fundamental.

Temos que nos congratular por o rastreio organizado do cancro do colo do útero em Portugal ser já uma realidade que não vai ter retorno. As primeiras barreiras já foram transpostas, mas o que falta, ainda é muito!

José Alberto Moutinho
Editor Associado da AOGP